

# CENÁRIO DA FORMAÇÃO DO PRIMEIRO BANCO DO BRASIL

Bruno Ricardo de MEDEIROS<sup>1</sup>  
Elias de Moraes CORREA JR<sup>2</sup>  
Sabina G. Martinez de MORAIS<sup>3</sup>  
Michael Dionisio de SOUSA<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo apresentar o cenário da criação do Banco do Brasil, ocorrida logo após a chegada da corte portuguesa à Colônia, analisando a fundação desta instituição em seu contexto histórico, social e econômico. Tomou-se como referencial cronológico o ano de 1808, sendo então realizada uma análise histórica que permitiu delinear as circunstâncias nas quais a criação do Banco do Brasil se inseriu. Posteriormente, a análise voltou-se para a formação do banco, sem, contudo deixar de relacioná-la à história, que é o objetivo central deste.

**Palavras-chave:** História. Brasil Colônia. Direito Econômico. Banco do Brasil.

**Abstract:** The aim of this job is to presente the cenary of Banco do Brasil's creation, occurred after the arrival of the portuguese court to the Colony, analysing the institution's foundation on its historical, social and economical context. The year 1808 was taken as a cronological reference, being realised a historical analysis that permitted to outline the circumstances in which Banco do Brasil's criation was inserted. Afterwards, the analyses faced the bank's formation, without, however, failing to relate it to history, which is its main objective.

**Key-words:** History. Colonial Brazil. Economic Law. Banco do Brasil.

**Résumé:** Ce travail vise présenter le décor de la création du Banc du Brésil, après l'arrivé de la Cours Portugaise a la colonie, avec l'analyse de la fondation de l'institution dans ce contexte historique, social e économique. On prend comme référentiel chronologique l'année du 1808 et après on fait l'analyse historique qu'a permis esquisser les circonstances dans lesquelles la création du Banc du Bresil s'ait inséré. Depuis, l'analyse ait retournée pour la formation du Banc, sans laisser de faire la relation avec l'histoire, que c'est l'objectif central du travail.

**Mots-clés:** Histoire. Brésil Colonie. Droit Économique. Banc du Brésil.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Discente do 2º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz.

<sup>2</sup> Discente do 2º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz, e-mail emcorreajr@msn.com.

<sup>3</sup> Discente do 2º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz, e-mail sabinagmartinez@gmail.com.

<sup>4</sup> Docente do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz, Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, Advogado, e-mail michael@historiadodireito.com.br.

A escolha deste tema se deu pela sua ligação com a disciplina Direito Empresarial. Entretanto, não passa despercebida pelo grupo, que, o aprofundamento na compreensão daquele momento de nossa história, certamente contribuirá, não só para a solidificação do conteúdo apreendido em sala de aula, bem como estabelecerá as relações entre passado e presente, que é o resultado natural de uma análise histórica. Em que pese a relevância desses objetivos, adiciona-se outro, o de despertar no leitor deste artigo, a indagação, o desejo de aprofundar-se ainda mais. De possibilitar, quem sabe, a continuidade deste, acrescentando, criticando, enfim, mantendo o processo científico no seu inexorável movimento.

A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica, onde se buscou autores consagrados na historiografia brasileira, bem como artigos publicados em periódicos reconhecidos por serem referência na área.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O entendimento sobre as origens de uma instituição do porte do Banco do Brasil exige, da parte do pesquisador, um olhar sobre a história deste local, no caso, desta Colônia, buscando as razões adjacentes à sua criação. (MÜLLER, 2004, p.1)

Ainda que a fundação do Banco tenha-se dado com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, o ponto de partida deverá ser situado em um momento anterior ao surgimento da própria circulação de moeda no território brasileiro, onde o que se praticava nas relações de negócio era o escambo, entre portugueses e indígenas. Essa prática, largamente utilizada, perdeu sentido após a instalação das plantações de cana-de açúcar, com a utilização deste produto como moeda. Vindo a crise no setor açucareiro, e o início da extração do ouro, houve uma mudança, com a introdução da moeda metálica, que passou a conviver com todas as outras menos avançadas, e também largamente utilizadas. (MÜLLER, 2004, p.2).

Este pensamento é respaldado por Wehling & Wehling, ao dizer que a circulação de moeda era escassa. O que vigorava era o escambo e outras formas de adimplemento, como pagamento de bens e serviço, arrendamentos de escravos, e não através de moedas. (WEHLING & WEHLING, 1994, p.197)

Em meados do século XVIII, o cenário econômico girava, no parecer de Arno e Maria José Wehling, em torno de um eixo composto por três pilares: a dependência externa, a escravidão, e o latifúndio. Iniciando por esse último, o latifúndio, pode-se afirmar que apresentava duas características, sendo que a primeira, pode ser analisada do ponto de vista econômico, e consiste na prática da monocultura, e a segunda, relaciona-se com o aspecto social, e diz respeito ao modelo mental do senhor do engenho, aqui delineado como “mentalidade aristocrática”. (WEHLING & WEHLING, 1994, p.191)

Com relação ao segundo aspecto compositor do cenário econômico deste período, temos a escravidão. No Brasil ela se deu tanto dos povos nativos, quanto daqueles trazidos da África: os negros. (WEHLING & WEHLING, 1994, p.192) Os historiadores apresentam divergência quanto à utilização da mão de obra escrava nativa, atribuindo à índole destes uma dificuldade muito grande para treiná-los ao trabalho agrícola.

Questão muito discutida é a preferência pelo escravo negro. A tese tradicional afirma que o índio, inimigo do trabalho sedentário e rotineiro, não se adaptou às atividades econômicas necessárias aos colonos, razão pela qual optou-se pelo negro. (WEHLING & WEHLING, 1994, p193).

Isto, no entanto é contraposto por Alencastro, que diz,

[...] não era só nas roças de trigo que labutavam os índios. Transporte do sertão, equipagem de remadores nos rios e na orla marítima, pesca e caça para ração de tropa, criação de gado nas fazendas jesuíticas e particulares, corte e preparo de madeiras, olarias e teares, [...] (ALENCASTRO, 2000, p.195).

Em terceiro lugar, na ótica de Arno e Maria José, compondo o eixo formador do cenário econômico no período anterior à criação do Banco do Brasil, temos o elemento “dependência externa”. A Colônia existia em função da Metrópole, bem como do mercado europeu. A prosperidade do Brasil dependia da demanda, das altas e baixas dadas pelo mercado internacional, dos produtos como o pau-brasil, no início, e posteriormente, o ouro, as pedras preciosas, os couros, algodão, anil e tabaco. A Colônia fornecia produtos agrícolas e extrativistas para a Metrópole, e importava todos os produtos manufaturados, bem como aqueles artigos que não podia, por força de decretos, produzir. (WEHLING & WEHLING, 1994, p. 190). Neste

momento da história, o Brasil deparava-se com uma administração enviada de Portugal, que por sua vez editava leis protecionistas do mercado português, que chegavam a ser desumanas. Milton Miró Vernalha, em sua obra, “Do Império à República”, apresenta-nos as seguintes citações, que indicam a que ponto chegava o arrocho protecionista, indo ao cúmulo da proibição da entrada de literatura na colônia, uma vez que ao nativo cabia o analfabetismo.

As cartas régias assim se expressavam:

Carta-Régia de 18 de fevereiro de 1707 Proíbe a entrada de estrangeiros e deporta os que estão em território brasileiro

Carta-Régia de 5 de março de 1724 Proíbe qualquer impressão no Brasil

Carta-Régia de 5 de janeiro de 1785 Manda destruir todos os teares

Carta-Régia de 5 de julho de 1802 Proíbe as audiências a todas as pessoas que não usarem roupas feitas em Portugal. (VERNALHA, 1989, p.12-13)

Patrick Wilken, em sua obra “Império à Deriva”, reproduz o cenário fluminense no momento em que este se preparava para recepcionar a Corte. O conde dos Arcos, tendo recebido a notícia de que a família real já estava a caminho do Brasil, iniciou uma série de atividades frenéticas: desocupou a sede do governo, iniciando uma reforma para transformá-lo em algo mais parecido com um palácio real, realizou encomenda de produtos alimentícios provenientes de todos os pontos das províncias, ordenou a limpeza das igrejas, ruas e praças. Nesse momento, os preços de todos os produtos do mercado, de víveres a aviamentos de costura, sofreram acentuada inflação. (WILCKEN, 2010, p.129-130)

Finalmente, a chegada de tamanho contingente, causou outro tipo de consternação. A falta de imóveis para abrigar toda essa população. Os historiadores são consensuais em afirmarem que a Corte, ao chegar, deparou-se com um Rio de Janeiro provinciano, acanhado e sem condições de competir em quantidade e qualidade arquitetônica, com a grandiosidade do que havia sido deixado na Lisboa reconstruída após o terremoto de 1755, pelo Marquês de Pombal. O regente D. João, utilizando de suas prerrogativas, baixa uma lei que consta das Ordenações do Reino livro 2 e 4, dando direito de aposentos, ou seja, de aposentadoria. Os fluminenses proprietários de mais de um imóvel residencial, comercial, urbano ou rural, teriam esse excedente desapropriado que seria entregue aos migrados, para

que estes pudessem instalar-se na nova terra. (FERNANDES, 2009, p.3, WILCKEN, 2010).

Consoante ao pensamento dos demais historiadores, Darcy Ribeiro, afirma, em sua obra, “O Povo Brasileiro”,

[...] De um dia para outro, quase 20 mil portugueses, fugindo das tropas de Napoleão, aportaram à Bahia e ao Rio. [...] foi um imenso empreendimento naval em que milhares de portugueses desembestaram para o Brasil, disputando lugares a tapa, nas naus inglesas convocadas para a operação. Sua influência foi prodigiosa. O Brasil que nunca tivera universidades recebe de abrupto toda uma classe dirigente competentíssima que, naturalmente, se faz pagar apropriando-se do melhor que havia no país. Mas nos ensina governar.

Os sentimentos de submissão dos brasileiros também podem ser expressos pelos muitos e significativos donativos que sustentavam os gastos do cotidiano da corte, considerada de manutenção caríssima, e obviamente, continuada. O rei não possuía praticamente nenhuma renda além daquela advinda da concessão dos títulos, das mercês licenciadas aos vassallos, como já era de praxe em Portugal desde D. João V (1706-1750), e que pode ser considerado o capital principal à disposição da monarquia. (FERNANDES, 2009, p.7).

Segundo Müller, no início do século XIX, o Brasil sofre com a depreciação monetária, oriunda do elevado custo de manutenção da Coroa. O casal de historiadores Arno e Maria José Wehling, afirma que nesse período, o Rio de Janeiro, bem como toda a Colônia passou a sofrer com a escassez de moedas em circulação, gerando grande insatisfação à sociedade por falta de meio circulante no império. A falta de moeda de ouro e prata ocasionou a movimentação forçada, em áreas remotas como no Maranhão, de pseudo moedas, como por exemplo, a semente de cacau. Isto sinalizava um quadro sombrio que afetava negativamente o mercado interno, comprometendo até mesmo as remessas de rendas da Coroa.

Um vice-rei, em documento oficial, referindo-se às dificuldades monetárias da Colônia, tratava explicitamente da necessidade de

manter aberta a via do contrabando pelo rio da Prata, para que a moeda que por aí entrava pudesse ser cunhada novamente, passando a circular no Brasil. (WEHLING & WEHLING, 1994, p.197)

É consenso entre historiadores que a escassez de moedas se deu pela junção de fatores como: depauperamento das minas de ouro e prata, cobrança de tributos pela coroa, e por fim, aumento nas transações comerciais, dadas pela abertura dos portos. (LOBO, 2011, p.1; MÜLLER, 2004, p.9)

É neste panorama que se insere as pretensões imperialistas de Napoleão Bonaparte, que, buscando expandir seu território, e tendo declarado o bloqueio continental à Inglaterra, avança sobre Portugal, em represália pelo não cumprimento às diretrizes impostas, forçando, dessa maneira, a retirada da família real bem como de aproximadamente quinze mil pessoas, integrantes da corte portuguesa.(MULLER, 2004, p.9)

A bibliografia consultada indica que, no período anterior à chegada da Família Real, e seu estabelecimento no Brasil, ainda não se justificava, pelos gastos públicos, a criação de um banco para emissão de papel-moeda Entretanto, a instalação da corte portuguesa no Brasil, ocasionou um aumento tal nos gastos públicos, que se tornou impossível cobri-los através do aumento de tributos, ou pela emissão de moedas cunhadas em metal. O alvará de outubro de 1808 esclarece que é justamente a necessidade do financiamento das altíssimas despesas governamentais, que justifica a criação de um banco estatal, ou seja, por uma necessidade financeira, muito mais que econômica. (MULLER, 2004, p.9-12).

Müller diz que os manifestos contra e a favor à formação de entidades bancárias em Portugal nos leva a pensar que a atividade que deveria ser desempenhada por bancos, ficava a cargo de comerciantes e prestamistas individuais e outros (MULLER, 2004, p.11). Wehling & Wehling apresenta a influência das Santas Casas de Misericórdia, que em busca de recursos para atuação filantrópica, emprestavam dinheiro a juros, atuando assim como se fossem uma instituição financeira. A inexistência de bancos e a necessidade de crédito fizeram com que esse tipo de operação fosse muito procurado, embora nem sempre permitido. (WEHLING & WEHLING, 1994, p.264-265) Esse argumento reforça a tese de que no período anterior à chegada da corte portuguesa ao Brasil não havia justificativa plausível para a criação de um banco. (MULLER, 2004, p.11).

O alvará assinado pelo rei em 12 de outubro de 1808 dizia que o banco poderia funcionar dentro de um prazo de vinte anos e começaria as atividades após a venda de um mínimo de 100 ações de mil e duzentas no total. Cada ação custaria um conto de reis. Foi atribuída ao banco a função de ser depositário dos valores das ordens religiosas, das irmandades responsáveis pela movimentação de altas quantias de numerário, e dos bens dos órfãos. Da mesma maneira cabia ao banco a guarda das letras de câmbio, pedras preciosas, metais, bem como a emissão de bilhetes ou letras de pagamento à vista, e ainda a primazia, ou o monopólio sobre a venda das riquezas naturais: o diamante, o marfim, o pau Brasil e a urzella. Müller afirma que havia muito desinteresse por parte da população uma vez que não haviam muitas garantias de retorno, e a alta rentabilidade do comércio transatlântico atraía boa parte dos investimentos. O banco era um negócio desconhecido e, mesmo com a Coroa empenhada em vender as primeiras 100 ações. Entretanto, foi apenas em dezembro 1809 que a venda das ações se concretizou. A administração foi delegada a uma Assembléia Geral, formada por acionistas portugueses totalizando quarenta homens, sendo que o príncipe regente indicou a primeira diretoria, deixando ao encargo da Assembléia Geral a indicação das demais. Apenas em 1813 as vendas de ações atingiram um patamar satisfatório, e em 1816, com o aumento de dividendos as ações rendiam 19% ao ano obrigando a administração a emitir mais bilhetes. (MÜLLER, 2004, p. 13).

### **3 CONCLUSÃO**

Levando-se em consideração os fatos históricos aqui expostos, entende-se que a criação de um banco, em uma Colônia além-mar, em um passado remoto, ocorreu em meio a um contexto político, econômico e histórico que gerou a necessidade de aumentar a liquidez do sistema, com emissão de papel-moeda, bem como financiar os gastos públicos. Isso ocorreu em um cenário característico de colônia, com sua dependência do mercado externo, sua organização agrícola baseada no latifúndio, e a escravatura, como mão de obra universal.

O grupo é unânime em concluir sobre a relevância deste presente trabalho na consolidação do conhecimento adquirido em sala de aula, permitindo desenvolver competências de investigação, organização do pensamento e do tempo, bem como trabalho em equipe.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**, 1ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**, 13ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VERNALHA, Milton Miró. **Do Império à República**, 1ª Ed, Curitiba: Editora Litéro-técnica, 1989.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C de. **Formação do Brasil Colonial**, 1ªEd. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**, Edição de Bolso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FERNANDES, Anibal de Almeida, **A Corte Portuguesa** 2009. Disponível em, <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=444>. Acesso em 12 de abril de 2014.

MULLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no Século XIX**, 2004 Disponível em:<[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)>. Acesso em 12 de abril de 2014.

LOBO, Rodrigo. 2011. **Banco do Brasil**, in Mapa/COGEG. Disponível em:<[linux.an.gov.br/mapa/?p=3820](http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3820)> Acesso em 12 de abril de 2014.